



## **Para além da 'Terra Arrasada':**

### **Como desenvolver uma agenda propositiva contra os crimes ambientais no Brasil?**

#### **Contexto:**

#### *A pulverização da ecologia de atores ambientais no Brasil*

A ecologia de atores que lutam pela prevenção e o combate aos crimes ambientais no Brasil passa por um processo de pulverização. Ao mesmo tempo que o país é palco de taxas recordes de desmatamento e queimadas,<sup>1</sup> o governo federal promove o desmonte das instituições estatais encarregadas da proteção do meio ambiente e das populações que habitam as áreas sendo desmatadas, inclusive na Amazônia. A visão da floresta como empecilho ao desenvolvimento e o incentivo a um modelo econômico que estimula o uso predatório dos recursos naturais sem incorporar a preservação do meio ambiente e a ação climática, agravam gargalos antigos enfrentados por órgãos ambientais, tais como a escassez de recursos e pessoal alocados à região Norte do país.

Somam-se, aos cortes orçamentários e a redução de pessoal, tentativas de deslegitimação dos dados e análises científicas e a excessiva nomeação, para cargos de médio e alto escalão, de servidores que não possuem conhecimento técnico na área ambiental. Além disso, declarações públicas de autoridades a favor do relaxamento da fiscalização e a falta de cobrança de multas por violações ambientais incentivam a impunidade para com crimes ambientais, reduzindo a capacidade estatal de frear as invasões de terras públicas, o garimpo ilegal em terras protegidas e o desmatamento ilegal. Por sua vez, essa combinação de fatores não apenas provoca danos ambientais que, em muitos casos, são irreversíveis, como exacerbam desigualdades socioeconômicas, fomentam a criminalidade organizada e o aumento da violência no campo.

A sociedade civil, em que pese tentativas de pressionar por uma mudança de rumo, se depara com espaços de participação severamente reduzidos. ONGs que atuam na área climática e ambiental têm se tornado alvo de desinformação e ameaças por parte de autoridades governamentais. A tentativa de criminalização da sociedade civil se dá em um contexto no qual defensores ambientais e de direitos humanos seguem sendo alvo de ameaças e assassinatos. E, embora um número crescente de atores relevantes do setor privado, tanto no Brasil quanto no exterior, defendam a adoção de práticas mais sustentáveis, na ausência de um Estado disposto a fiscalizar e punir violações ao meio ambiente, as perspectivas de redução do desmatamento e outros crimes ambientais permanecem limitadas.

Ao mesmo tempo, uma política externa que despreza o multilateralismo e a cooperação internacional, inclusive nas suas vertentes Sul-Sul e regional, isola o Brasil justamente em um momento no qual países tentam reunir forças para frear os efeitos da emergência climática e da pandemia de Covid-19. A paralisia do Fundo Amazônia; a falta de eficácia de

---

<sup>1</sup> O monitoramento oficial do INPE concluiu que, “em 2020, houve alta de 34% na devastação amazônica, com perda de 10,1 mil km<sup>2</sup>, e de 13% no Cerrado, 7,3 mil km<sup>2</sup>”, INPE (2021).

arranjos regionais, incluindo a Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA); e a demora do governo brasileiro em ratificar o Acordo de Escazú são oportunidades desperdiçadas para combater o desmatamento, promover a justiça ambiental e incentivar alternativas de desenvolvimento sustentável, tais como a bioeconomia.

*Como pensar em soluções?*

No entanto, deve-se lembrar que o Brasil já demonstrou ter capacidade de reduzir drasticamente os índices de desmatamento, mesmo em um momento de alta no preço internacional de commodities agrícolas, através de iniciativas que incluem a moratória da soja, a expansão de áreas protegidas e o reforço da atuação do Ministério Público na aplicação da legislação ambiental.

Além disso, há alguns sinais de esperança: a forte mobilização da sociedade civil organizada impulsionada, entre outros fatores, pelo surgimento de novas e jovens lideranças climáticas; o fortalecimento de pressões internacionais, inclusive por parte do setor financeiro e organizações internacionais; a produção de novos conhecimentos sobre a 'agenda positiva' (bioeconomia e floresta em pé); a aprovação da pelo Congresso Nacional da Lei 14.119/21 sobre serviços ambientais; a mobilização sem precedentes de atores subnacionais; novas iniciativas do poder judiciário, como o Observatório do Meio Ambiente; e levantamentos ilustrando que a maioria dos brasileiros se preocupa com as mudanças climáticas e que 77% deles se opõe ao desenvolvimento que provoque dano ambiental.<sup>2</sup>

Esse contexto fornece algumas janelas de oportunidade apesar do panorama de "terra arrasada", provocado não apenas pela vasta destruição ambiental que acomete a Amazônia e outros biomas vulneráveis, como o Cerrado e o Pantanal, mas também pela pulverização da ecologia de atores ambientais estatais. **Até que ponto, e como, é possível construir uma agenda propositiva para combater e prevenir os crimes ambientais no Brasil?**

## **Formato**

Diante deste contexto, a Plataforma CIPÓ, um novo instituto independente dedicado à pesquisa e *advocacy* nas áreas de clima, governança e paz, promove o webinar: **"Para além da 'Terra Arrasada': Como desenvolver uma agenda propositiva contra os crimes ambientais no Brasil?** O evento reunirá especialistas e representantes da sociedade civil para debater possíveis estratégias de fortalecimento da resiliência dos órgãos ambientais estatais. O debate será estruturado por meio de duas mesas redondas, cada uma com uma hora de duração e composta por três painelistas e um moderador.

A primeira mesa, intitulada **"Para além do Estado: Prioridades imediatas no combate e prevenção dos crimes ambientais no Brasil"**, buscará identificar o que pode ser feito pela sociedade civil, em parceria com atores do setor privado e financeiro e da comunidade

---

<sup>2</sup> Giovana Girardi (2020) "Preocupados com aquecimento e queimadas, 77% dos brasileiros querem proteção ao ambiente" *Estado de São Paulo*, 4/02/2021: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,preocupados-com-aquecimento-e-queimadas-77-dos-brasileiros-querem-protacao-ao-ambiente,70003604633>

internacional para, no curto prazo, frear as políticas de desmantelamento dos órgãos ambientais sendo promovidas pelo governo federal.

A segunda mesa, "**Reconstruindo com melhorias: o futuro da governança climática brasileira**", refletirá sobre potenciais medidas a serem adotadas pelos atores relevantes para permitir que, no médio-longo prazo, a governança climática e ambiental do Brasil possa ser reconstruída com melhorias. Ou seja, não apenas recuperando o conhecimento, a memória institucional e os canais de cooperação acumulados durante as últimas décadas e perdidos recentemente, mas também pensando em novas e mais eficazes abordagens para se combater e prevenir os crimes ambientais.

## **Cronograma**

O debate (mesas 1 e 2) acontecerá no dia **13 de abril de 2021** entre **10AM e 12PM, horário de Brasília**.

Um cronograma completo, incluindo debatedores confirmados, e perguntas norteadoras do debate serão enviados, com antecedência, a todos os palestrantes e moderadores do evento. Os detalhes técnicos sobre a plataforma de transmissão a ser acessada por palestrantes e ouvintes também serão compartilhados, mais adiante, pela equipe da Plataforma CIPÓ.

## **SOBRE A CIPÓ:**

A Plataforma CIPÓ é um instituto de pesquisa independente, dedicado a temas de clima, governança e paz na América Latina e no Caribe e, mais amplamente, no Sul Global. Os esforços da CIPÓ são pensados de forma a apoiar o trabalho de governos locais e nacionais, organizações internacionais, entidades da sociedade civil e do setor privado a desenvolver respostas eficazes aos desafios do Antropoceno.

Para mais informações acesse: [www.plataformacipo.org](http://www.plataformacipo.org)

- Twitter e Instagram: @PlataformaCIPO
- Facebook e LinkedIn: Plataforma CIPÓ
- Email: [contato@plataformacipo.org](mailto:contato@plataformacipo.org)